Ex-prefeito é preso pelo Gaeco por suspeita em Cindepar

O Ministério Público do Paraná, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), prendeu preventivamente na manhã desta quinta-feira, 12 de setembro, o ex-prefeito de Astorga (Gestões 2009-2012 e 2013-2016), e outras três pessoas no âmbito da "Operação Alavanca", que apura a atuação de consórcio público usado ilicitamente por organização criminosa que fraudava licitações para obter vantagem indevida. Além das prisões, foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra os investigados.

De acordo com a apuração, conduzida pelo Núcleo de Londrina do Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria) e pela Promotoria de Astorga, municípios da região constituíram o Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná (Cindepar) – sediado em Astorga e presidido pelo ex-prefeito preso na operação – com a finalidade de viabilizar contratações centralizadas pelas administrações públicas para a realização de obras, principalmente de asfaltamento. Verificou-se que as empresas contratadas eram na realidade de propriedade do próprio ex-gestor.

Os investigados atuavam criando empresas frias para participarem de licitações, violando o sigilo dos procedimentos, obtendo vantagem para contratar com o poder público, em prejuízo da concorrência e do Município.

Além do ex-prefeito, foram presos dois de seus filhos que atuaram na organização das atividades ilícitas, e um "testa de ferro". Os mandados foram expedidos pelo Juízo de Astorga e cumpridos em Astorga, Rolândia, Londrina e Pitangueiras em sete residências, cinco escritórios e no escritório da Cindepar, localizado na Prefeitura de Astorga. São investigados os crimes de organização criminosa, fraude à licitações, falsidade ideológica, peculato e lavagem de dinheiro. Durante o cumprimento dos mandados, um dos filhos do ex-prefeito destruiu documentos relacionados aos fatos por isso responderá também pelo crime de supressão de documento.

Além da prisão e da busca e apreensão, foram determinadas pelo Juízo medidas restritivas de suspensão de renovação e de novas contratações com o poder público, proibição de frequência ao Consórcio, de contatos entre os investigados, além de outras vedações.

O Cindepar atende alguns municípios da área de circulação do Jornal da Cidade, assim como noticiado em várias matérias.

Em breve novas informações sobre os envolvidos e desdobramento da investigação.

CONHEÇA O CINDEPAR:

O QUE É O CINDEPAR – Criado em 2013, o Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná surgiu para atender à demanda de pavimentação asfáltica nos municípios da região norte-central paranaense – na época era o Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano da Região de Astorga. Na fundação o CINDAST era composto por Astorga, Centenário do Sul, Colorado, Jaguapitã, Mirasselva, Nova Esperança, Paranacity, Prado Ferreira e Santa Fé.

Idealizado pelo deputado federal Alex Canziani e pelo então prefeito de Astorga, Arquimedes Ziroldo, o consórcio adquiriu usinas automotivas de pavimentação e iniciou a execução de recape asfaltico nos Municípios consorciados, com o processo de micropavimento.

O Cindepar já executou um milhão de metros quadrados de recape asfáltico em 38 cidades consorciadas.

Atualmente o consórcio é composto por 135 municípios e conta com parque composto por 16 máquinas e equipamentos, orçados em R$ 4.541.249,67, incluindo três usinas de micropavimento, uma de "Pré-Misturado a Frio" (PMF), dois caminhões, duas máquinas (destocadora e extrusora), dois rolos compactadores e dois tanques-pipas.

Fonte: Ministério Público do Paraná e site oficial do Cindepar

Qual o melhor momento de aplicar um defensivo agrícola? A tecnologia pode te ajudar

Fonte: EBC

Usar um sensor para prever se vai chover em uma propriedade e, assim, identificar o melhor momento de aplicar um defensivo agrícola. Ter um equipamento em um trator que monitora se ele para ou quebra de modo a permitir uma manutenção rápida. Inserir pequenos aparelhos no solo para ter indicadores para o plantio, como por exemplo, o nível de umidade. Essas são algumas das aplicações da chamada Internet das Coisas (IdC) que começam a ser implantadas em projetos no campo.

A IdC (ou IoT, sigla em inglês para "Internet of Things) é um nome dado a um conjunto de tecnologias que permite um monitoramento mais eficiente, em diversas áreas e em tempo real por meio de dinâmicas de comunicação máquina a máquina com diversas finalidades, como elevar a capacidade de monitoramento e controle sobre uma determinada atividade, como nos exemplos citados acima.

Essas tecnologias trazem novas possibilidades na gestão da produção rural. Satélites com serviços mais acessíveis viabilizam o monitoramento de lavouras. Colheitadeiras modernas permitem saber a produtividade por talhão (unidade por área). Soluções de irrigação inteligente avaliam o nível de água no solo para evitar desperdício e diminuir gastos.

Segundo a chefe-geral da unidade de informática agropecuária da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Silvia Massruhá, embora várias dessas tecnologias estejam começando a ser adotadas no Brasil, o país ainda está em um estágio inicial no emprego de IdC no campo e tem como desafio integrar os projetos e soluções sendo utilizadas.

"O desafio nosso é o fato de que você já tem vários tipos de dispositivos. Mas não tem ainda estes conectados ou porque não tem conectividade no campo ou porque os dados são heterogêneos ou porque não tem forma de integrar em aplicação", explica a chefe da Embrapa. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2018, do Comitê Gestor da Internet, enquanto o percentual de brasileiros conectados nos centros urbanos chega a 80%, nas áreas rurais ele fica em 59%.

Um dos projetos-piloto em desenvolvimento pela Embrapa tem como foco o monitoramento de pragas e doenças. Por meio do monitoramento e previsão do clima com o uso de estações meteorológicas o objetivo é evitar a incidência de ferrugem asiática na soja. "O sistema vai receber a data mais certa para aplicar o defensivo dependendo do clima, cruzando com dados da doença. Vamos medir se isso realmente ajudou a reduzir custo e aumentou produtividade", explica Silvia Massruhá.

Outro projeto, também coordenado pela empresa pública, envolve a otimização de formas denominadas no setor de "integração lavoura, pecuária e floresta". Um produtor de soja, por exemplo, que planta durante três meses fica com a área ociosa no restante do ano. Ele poderia, com auxílio das tecnologias, encontrar outros usos para o solo, como o plantio de pastagem para a criação de gado. Ao lado do pasto poderia ser plantado eucalipto, o que possibilita sombra para os animais.

Os sistemas de Internet das Coisas no projeto-piloto vão medir diversos aspectos dessa integração. É o caso dos níveis de adubação do solo. Os bois terão chips implantados e por meio desse equipamento e outros (como balanças) será realizado um cruzamento de dados com outros aspectos, como alimentação, para identificar o seu desenvolvimento e a melhor hora do abate. O teste será realizado com produtores em cinco estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e Piauí.

No Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, um terceiro projeto-piloto busca otimizar a produção de leite, com procedimentos como o monitoramento da alimentação dos bois e a automatizando da ordenha. Ao fim, o leite será comparado com outros sem a adoção dessas tecnologias para avaliar se essas soluções geraram melhoria da quantidade e da qualidade do produto.

O centro de desenvolvimento de tecnologia CPQD conduz um projeto com uma empresa agropecuária instalando sensores em tratores e outros equipamentos com o propósito de monitorar o desempenho das máquinas. O sistema vai acompanhar a distância rodada, o consumo de combustível e eventuais problemas de modo a identificar demandas de manutenção.

"Imagina se você está no meio do campo e a máquina quebra. O produtor tem que parar a colheita, remover a máquina e mandar outra. Se for possível pegar todos os dados dela e prever que ela tem possibilidade muito grande de quebrar, a pessoa poderá encaminhar pra manutenção antes que ocorra alguma coisa", explica o diretor de inovação do CPQD, Paulo Curado.

Políticas públicas

A agropecuária é apontada por pesquisadores, empresários e autoridades como um dos setores onde as tecnologias de Internet das Coisas vêm obtendo evolução mais rápida. "Tem muito potencial no Brasil na parte de agricultura. É uma das áreas prioritárias e que vem forte nos próximos anos", destaca o presidente da Associação Brasileira de Internet das Coisas (Abinc), Flávio Maeda.

A área foi escolhida como uma das prioritárias no Plano Nacional de Internet das Coisas, lançado em junho. O documento aponta diretrizes genéricas, sem entrar nos detalhes de que medidas serão adotadas por órgãos estatais para estimular essas tecnologias no campo.

A elaboração de propostas e projetos ficará a cargo de um grupo criado para esta finalidade, denominado Câmara Agro 4.0. Encabeçado pelos ministérios da Agricultura (MAPA) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), contará também com a participação de outros órgãos, de pesquisadores e de associações e empresas do setor no país.

Segundo o secretário de inovação, desenvolvimento rural e irrigação do MAPA, Fernando Camargo, os integrantes vão avaliar ações em diversas frentes. A mais importante será a ampliação da conectividade nas áreas rurais, dada a extensão territorial e o contingente de pessoas ainda fora da Internet nesses locais. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017, do Comitê Gestor da Internet, enquanto o índice de lares com acesso à web é de 65% nas regiões urbanas, nas rurais ele cai para 34%.

A Câmara também deverá se debruçar sobre programas para fomento à aquisição e difusão de tecnologias inovadoras. Dentre essas, um dos intuitos é estimular a criação e o crescimento das empresas de base tecnológica, também conhecidas como startups. O objetivo com a disseminação dessas soluções técnicas é ampliar a produtividade no campo. "Precisamos incentivar novas empresas, startups, para aumentar cadeia produtiva dentro da área do agronegócio", defendeu o titular do MCTIC, Marcos Pontes, no evento de lançamento da Câmara.